XXV Congresso de Iniciação Científica da Unicamp

18 a 20 Outubro Campinas | Brasil

A influência do lazer na reinserção social de adolescentes em conflito com a lei.

Dayane F. L. Trentin*, Silvia C. F. Amaral.

Resumo

O presente estudo visa compreender se e de que forma as práticas corporais de lazer podem contribuir com a reinserção social de adolescentes autores de ato ilícito. O tema se faz relevante devido à recorrente demanda no sistema social-jurídico brasileiro em relação à redução da maioridade penal, delineada pela Proposta de Emenda à Constituição nº 171/1993 e que voltou a chamar a atenção da sociedade no ano de 2015, com a aprovação da mesma na Câmara dos Deputados. A pesquisa constituiu-se em três etapas: inicialmente, fez-se uma revisão bibliográfica, a fim de identificar artigos e outras revisões que embasassem teoricamente a hipótese inicial; o segundo passo foi a realização de entrevistas com profissionais atuantes no processo de ressocialização e no âmbito das medidas socioeducativas definidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e, finalmente, os dados coletados teórica e empiricamente foram relacionados entre si, de modo a se compreender como a legislação e o campo prático interagem neste contexto. Desta forma, o estudo estruturou-se em três grandes temas: Medidas Socioeducativas, Juventudes e Lazer enquanto Prática Educativa. A revisão e as entrevistas demonstraram que, apesar de o lazer ser um direito social, faltam políticas públicas que o assegurem ao jovem infrator. Não obstante, percebeu-se que o lazer tem grande potencial no sentido de proporcionar o autoconhecimento, formação de caráter, identidade e cidadania à esta população.

Palavras-chave:

lazer, juventude, reinserção social.

Introdução

Com a recorrência das propostas em torno da redução da maioridade penal, nota-se que parte da sociedade brasileira associa ao sistema socioeducativo a mesma lógica punitiva que permeia o sistema penal, embora, na teoria, a única relação entre o Direito da Criança e do Adolescente e o Direito Penal é o fato de que “para a configuração do ato infracional é necessária a presença de indícios suficientes da autoria e materialidade do fato” (VERONESE E LIMA, 2009: 33). Assim, entende-se que tal redução contraria o processo legal definido pelo ECA para a reinserção social de adolescentes infratores, e mostram-se necessários estudos e propostas de alternativas a esta medida, uma vez que “dos 21 milhões de adolescentes brasileiros, apenas 0,01% cometeu atos contra a vida” (UNICEF, 2015). Assim, propõe-se pensar sobre como o lazer – entendido por Mascarenhas (2000: 17) como “tempo e espaço para o exercício da cidadania e prática da liberdade” – pode influenciar na reintegração social destes indivíduos.

Resultados e Discussão

Quanto as *Medidas Socioeducativas*, os relatos obtidos por meio das entrevistas demonstraram que a internação, embora mais drástica que as outras medidas, parece ser mais eficaz no sentido de garantir ao jovem o acesso aos direitos básicos definidos pela Constituição Federal, os quais lhes são negados em seu contexto social. Não obstante, as medidas de semiliberdade aparentam ser interessantes no sentido de dar autonomia ao público ao qual se destina.

A discussão com profissionais da psicologia, assistência social, pedagogia e educação física mostrou que a desigualdade de oportunidades vitima constantemente determinados grupos das *Juventudes* brasileiras, em geral aqueles pertencentes às classes populares. Questões como racismo estrutural, violência

policial, criminalização da pobreza e privação de direitos básicos favorecem a marginalização e criam situações de risco, que tornam o ato infracional, muitas vezes, a única ou mais viável opção.

O *Lazer enquanto Prática Educativa* demonstrou estar presente nas Instituições Socioeducativas, geralmente incumbido de objetivos funcionalistas e bastante atrelado ao esporte. As práticas corporais são consideradas pelos entrevistados como uma forma de alívio das tensões cotidianas oriundas da privação de liberdade, e utilizadas pelos profissionais da Educação Física enquanto ferramenta para a formação de caráter e cidadania.

Conclusões

É possível concluir que as práticas corporais de lazer têm grande potencial no sentido de auxiliar na formação de caráter, senso crítico e cidadania nos jovens autores de ato infracional. O tempo-espaço do lazer pode ser utilizado para dar autonomia ao jovem e auxiliá-lo no processo de autoconhecimento, formação de autoestima e reflexão quanto a suas próprias capacidades e potencialidades. Assim, o jovem infrator pode se beneficiar de tais práticas no sentido de perceber os caminhos alternativos ao ato ilícito, que o afastem da criminalidade e o levem a constituir-se enquanto cidadão. É necessário que a sociedade e o Estado passem a compreender o jovem enquanto sujeito de direito, pois somente desta forma será possível proporcionar a ele a igualdade de oportunidades e permitir sua sobrevivência.

MASCARENHAS, F.. Lazer e grupos sociais: concepções e método. 2000. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação. Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000

UNICEF. “UNICEF é contra a redução da maioridade penal”. Brasília, 18 mar. 2015. Disponível em https://www.unicef.org/brazil/pt/media_29163.htm

VERONESE, J. R.; LIMA, F. S.. O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase): breves considerações. Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade, [s. L.], v. 1, n. 1, p.29-46, 2009.

DOI: 10.19146/pibic-2017-78556

XXV Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP